



Dossier

Os sentidos da política: a vida ainda pulsa?

Lucia Elena Pereira Franco Brito¹

Resumo: O ano de 2013 será lembrado, na história do Brasil, pela imagem das ruas tomadas por multidões, nos protestos que ficaram conhecidos como Jornadas de Junho. Tais movimentos provocaram acalorados debates, não apenas porque surpreenderam, ao emergirem em um cenário histórico dominado pela apatia e desengajamento político, mas também porque se fizeram acompanhar de um discurso de descrédito em relação aos partidos e sindicatos, aos políticos profissionais e à política em geral. Este momento vivo e pulsante torna relevante a problematização dos sentidos da política no tempo presente. Sendo assim, o artigo analisa, a partir de Hannah Arendt, a política em seu nascedouro e reflete sobre as modificações ocorridas no campo político ao longo do processo histórico, destacando a crescente privatização da esfera pública, impulsionada pela racionalidade do mercado; o esvaziamento do viver urbano e o arrefecimento da responsabilidade cidadã. Esse percurso analítico propicia perceber que, no horizonte das transformações sociais mais recentes – quando a presença ostensiva das tecnologias digitais configura novas relações entre as forças políticas tradicionais e as insatisfações populares, mas, ao mesmo tempo, dificulta o estabelecimento de vínculos sociais mais sólidos ou duradouros –, proliferam mecanismos de poder que minam a inventividade popular e anulam a política como espaço da pluralidade, da diferença e do convívio com o outro. Torna-se premente, pois, o empenho para se desconstruir a imposição de modelos de subjetividade circunscritas ao *eu* e para se repensar a vida urbana como espaço público de coexistência – lugar de acolhimento dos conflitos e do convívio politizado.

Palavras-chave: Política. Esfera pública. Cidade. Privatização da vida. (Des)politização.

Abstract: The year of 2013 will be remembered in the history of Brazil by the image of streets taken by crowds, in demonstrations that became known as June Parade. Such movements caused heated debates, not only because they surprised when emerged in a historical scenario dominated by political apathy and disengagement, but also because those movements were followed by a disparaging speech in relation to parties and trade unions, professional politicians and to politics in general. This living and pulsating moment has become the questioning of the meaning of politics relevant at the present time. By doing so, this paper analyzes, from Hannah Arendt, the politics in its birth and also reflects upon the changes that have happened in the political field throughout the historical process,

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da UFU. Professora efetiva de História da Rede Estadual de Ensino do Estado de Minas Gerais. luciaelenafb@gmail.com.

highlighting the growing privatization of the public sphere, driven by the market rationality; the emptying of urban living and the decreasing of civic responsibility. This analytical course facilitates to notice that in the horizon of the most recent social transformations – when the ostensible presence of digital technologies sets new connections between the traditional political forces and the popular dissatisfaction, but at the same time, it makes difficult to establish stronger and lasting bonds – they proliferate mechanisms of power that undermine the popular inventiveness and annulled the politics as a space of plurality, of difference and of getting on with each other. It is relevant, therefore, the effort to debunk the imposition of subjectivity models circumscribed to the I and to rethink urban life as a public space of coexistence – the place of welcoming conflicts and of the politicized living.

Keywords: Politics. Public Sphere. City. Privatization of life. (De)Politicization.

A sociedade brasileira foi surpreendida, em meados de 2013, por uma onda de protestos, que levou milhares de pessoas às ruas em diferentes pontos do país. As *Jornadas de Junho* – como ficaram conhecidas as manifestações – provocaram acalorados debates, mobilizando setores distintos, tanto críticos quanto conservadores, que apresentavam, em comum, não somente o esforço para compreender a irrupção desses movimentos, como também certa perplexidade diante do despertar de uma população que, há cerca de vinte anos, não sinalizava disposição política para sair às ruas de forma massiva². De modo um tanto inesperado, pessoas de diferentes condições socioeconômicas

superaram a apatia e ocuparam o espaço público, com múltiplas bandeiras, a partir de convocações feitas por meio das redes sociais, engrossando o coro dos movimentos, que já vinham sendo articulados pela internet, sobretudo no mundo árabe, na Europa e nos Estados Unidos – respeitadas as particularidades culturais, políticas e econômicas, logicamente.

Ao passar muito além de partidos e sindicatos e furar o bloqueio da mídia comprometida com governos, empresas e com os tradicionais setores conservadores, tais iniciativas colocaram em evidência as potencialidades das redes sociais como novos e rápidos canais de mobilização de atores diversos. Não menos importante que isso, contudo, os movimentos chamaram a atenção também por manifestarem, muitas vezes explicitamente, aversão aos políticos profissionais e profunda desconfiança em relação à política de forma geral.

Diante desse cenário, algumas reflexões se impõem: depois de duas

² A última grande mobilização popular do país ocorrera quando do *impeachment* do então Presidente Fernando Collor, em 1992. Claro que os movimentos sociais não desapareceram no período mencionado – o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, para citar apenas um exemplo, permaneceu atuante. O que se quer ressaltar aqui é a impactante ocupação das ruas por amplos setores da sociedade, para além dos já conhecidos atos, protestos e confrontos entre os movimentos organizados e os governantes.

décadas em que a sociedade brasileira não se mobilizara de maneira expressiva, o povo voltou às ruas para reivindicar ou ao menos externar suas angústias. Haveria, à primeira vista, algo mais político do que as cidades pulsando pela força dos protestos coletivos? Paradoxalmente, as ações se fizeram acompanhar de discursos de descrédito, dirigido às instâncias formais de mediação e à política em si. O que este (aparente?) paradoxo tem a nos revelar sobre os sentidos da política no tempo presente? E ainda: de que maneira o sentimento manifesto nesta ambivalência dialoga com o próprio desencantamento ou desencantamento político que se verificava na sociedade brasileira e em outras partes do mundo?

Para refletir sobre tais questões, parte-se aqui da análise de Hannah Arendt, que, embora redigida em agosto de 1950, sob o impacto das experiências totalitárias, revela-se ainda bastante fecunda para se pensar os sentidos da política – principalmente pela advertência da pensadora, nem sempre devidamente considerada, de que um mundo sem política não é impossível, *utópico*, porém seria *pauroso*³.

³ Nas palavras de Arendt, “O ideal socialista de uma condição final da humanidade sem Estado – que, em Marx, significa sem política, não é de maneira alguma utópico: só é pavoroso”. ARENDT, Hannah. *O que é política?* 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p.85.

Do mundo comum aos mundos gerenciados

No esforço de construir sua argumentação, Arendt retoma a singularidade da experiência histórica da Atenas clássica, que deu origem à *polis* – na qual a política surgiu como a atividade própria dos cidadãos. Na condição de livres e iguais, os homens nascidos na cidade construía a teia das relações humanas por meio do diálogo, pela busca do convencimento num espaço plural, em que se reuniam para tratar de interesses comuns, para expor suas opiniões e participar dos destinos da cidade. Nessa perspectiva, fica claro que a política não é entendida como algo dado, inerente à “natureza” ou “essência” humana. Ao contrário, “surge no *entre-os-homens*; portanto, totalmente *fora* dos homens. Por conseguinte, não existe nenhuma substância política original. A política surge no intra-espaço e se estabelece como relação”⁴, pressupondo, pois, o coletivo, a pluralidade – o que implica em conceber a diferença como indissociável da construção humana. Este “entre-os-homens”, o espaço de emergência da política, é nomeado pela pensadora de “mundo comum”:

Se alguém quiser ver e conhecer o mundo tal qual ele é ‘realmente’, só poderá fazê-lo se entender o mundo como algo comum a muitos, que está entre eles, separando-os e unindo-os, que se mostra para cada um de maneira diferente e, por conseguinte, só

⁴ ARENDT, 2006, p. 23.

se torna compreensível na medida em que muitos falarem *sobre* ele e trocarem suas opiniões, suas perspectivas uns com os outros e uns contra os outros. Só na liberdade do falar um com o outro nasce o mundo sobre o qual se fala, em sua objetividade visível de todos os lados. O viver-num-mundo-real e o falar-sobre-ele-com-os-outros são, no fundo, a mesma e única coisa.⁵

No espaço público, “ao contrário do que acontece na vida privada e na família, no recolhimento das quatro paredes, [...] tudo aparece naquela luz que só pode ser criada [...] na presença de outros”⁶, quando os homens buscam reconhecimento entre seus pares, por meio do agir e falar livremente. “Ser-livre e viver-numa-*polis* eram, num certo sentido, a mesma e única coisa”⁷. Eminentemente política, a atividade exercida na *polis* – a conversa mútua sobre os interesses comuns aos cidadãos – consistia na única maneira de dignificar a vida humana. A realização pessoal do cidadão dava-se, assim, por meio da participação nos assuntos coletivos, possibilitada pelo livre exercício da palavra.

A esfera privada, por seu turno, refere-se ao espaço no qual reina a vontade do senhor e se inserem as atividades econômicas, relacionadas às necessidades materiais humanas. Nas palavras de Arendt, “a vida privada parecia ‘idiota’ para os gregos, porque os

privava dessa complexidade do conversar-sobre-alguma-coisa e, com isso, da experiência sobre como a coisa acontecia, de fato, no mundo”⁸.

Apesar das limitações da democracia grega – marcada pela exclusão das mulheres, estrangeiros e escravos da condição de cidadãos –, a invenção da política introduziu a noção de participação dos sujeitos sociais na tomada de decisões. Situada historicamente, percebe-se que a política não é originária de uma sociedade sem classes, naturalmente justa e feliz, mas emergiu como resposta dos homens aos conflitos e contradições sociais – que foram, dessa forma, trazidos para a esfera humana e ligados à temporalidade, tornando-se, pois, passíveis de mudanças. É justamente a força da ação política na construção histórica, que Arendt almeja recuperar quando destaca “o fato de o próprio homem ser dotado, de um modo extremamente maravilhoso e misterioso, de fazer milagre. No uso idiomático habitual e comum, nós chamamos essa aptidão de agir. É característico do agir a capacidade de desencadear processos”⁹. Não se trata, todavia, de uma ação solitária, “porque aquele que começa alguma coisa só pode levá-la a cabo se ganhar outros que o ajudem”¹⁰.

Arendt ressalta ainda que, tal qual sua invenção, a desconfiança em relação à política, é muito antiga e já se ma-

⁵ Ibidem, p. 60.

⁶ Ibidem, p. 54.

⁷ Ibidem, p. 47.

⁸ Ibidem, p. 60.

⁹ Ibidem, p. 43.

¹⁰ Ibidem, p. 58.

nifestara claramente na própria Atenas, por intermédio de Platão. Em função do ressentimento provocado pela condenação de Sócrates, o filósofo – membro da aristocracia ateniense – propusera que somente as pessoas *preparadas* se ocupassem da política. Na cidade ideal, os governantes seriam escolhidos entre os filósofos, os únicos com condição de governar com justiça, já que o interesse deles corresponderia ao bem geral da *polis*. Os homens comuns, vítimas do conhecimento imperfeito, deveriam, portanto, ser dirigidos por uma espécie de aristocracia do saber. Platão opõe-se assim à democracia que, na sua visão, admite a supremacia das paixões, dos interesses e da mera opinião, distanciando-se do conhecimento verdadeiro. Segundo a percepção de Arendt, a teoria política platônica, ao defender que a Academia se sobreponha à *polis*, sinaliza que “o critério de agir dentro do próprio âmbito político não é mais a liberdade, mas sim a competência e a capacidade de assegurar a vida”¹¹. Tal proposta, em última instância, corresponde à degradação da política no sentido grego, para a qual as decisões devem “ser concebidas em comum no conversar de um com o outro e no vencer mútuo”¹²; nunca decretadas de cima para baixo.

Avançando em relação à experiência de Atenas, mas sem perdê-la de vista, Arendt aponta que, na Idade Média, sob domínio da Igreja Católica, a esfera

pública perdeu a independência necessária para se constituir como espaço do exercício da liberdade, ao ser apropriada para a defesa dos interesses político-eclesiásticos:

A Igreja precisa da política e, na verdade, tanto da política mundana dos poderes seculares como da própria política religiosa ligada ao âmbito eclesial, para poder manter-se e afirmar-se na terra [...]. A política precisava da Igreja – não apenas da religião, mas sim da existência espacial palpável das instituições religiosas –, a fim de provar sua razão de ser mais elevada.¹³

Assim instrumentalizada, a política converteu-se em mecanismo de proteção dos dogmas da Igreja e de controle de uma minoria sobre as multitudes. Entretanto, com o despontar dos tempos modernos, o movimento da Reforma teria provocado o desaparecimento do caráter público dos espaços religiosos, em função do resgate da ideia de recolhimento – contrária a qualquer noção de aparição e publicidade – presente nos evangelhos¹⁴. “O âmbito do religioso recaiu no espaço do privado, ao passo que o âmbito da vida e de suas necessidades [...] recebeu

¹³ *Ibidem*, p. 72.

¹⁴ Bauman ressalta que a Reforma, ao privatizar “o negócio da salvação espiritual, fez de cada indivíduo um sacerdote e afrouxou o controle que o clero institucionalizado exercia sobre todos”. Depois desse primeiro ato de privatização, “seguir o caminho da salvação era decisão que cabia ao cristão fiel”. BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 160.

¹¹ *Ibidem*, p. 66.

¹² *Ibidem*, p. 66.

nova dignidade e, na forma de sociedade, apareceu em público”¹⁵, contribuindo fortemente para a secularização da política na modernidade.

As observações de Arendt, aqui recuperadas brevemente, trazem à tona a relevância da esfera pública como espaço no qual os cidadãos gregos, desobrigados das necessidades materiais de existência, encontram o sentido da vida no mundo comum. Trata-se do mundo tecido no entre-os-homens, espaço construído/compartilhado pelo diálogo/convencimento e, por meio do qual, os próprios cidadãos são forjados como tais, na medida em que exercitam livremente a palavra no debate político. Assim, ao tomarem para si o destino da cidade, os cidadãos, na assembleia, mais que indivíduos reunidos, configuram-se a si mesmos como um corpo político vivo, pulsante. O sentido da política equivale, portanto, à dignificação da vida humana, pois somente a atuação pública é capaz de conferir significado ao mundo dos homens.

Embora Hannah Arendt discuta a política desde a Grécia clássica, sua análise, ao atentar para as modificações sofridas historicamente no campo político, contribui fortemente para se problematizar as consequências da privatização da esfera pública, a partir da secularização verificada nos tempos modernos. No que concerne a esta temática, questões anunciadas pela autora são aprofundadas por Richard

Sennett, em estudo desenvolvido em meados de 1970, no qual se debruça sobre as relações entre o público e o privado no capitalismo. Para o autor, as mudanças decorrentes da queda do Antigo Regime resultaram na formação de uma cultura urbana, secular e capitalista – marcada por uma “vida pessoal desmedida” e uma “vida pública esvaziada”. Esta crise da cultura pública seria fruto de um profundo deslocamento que o capitalismo e a credibilidade secular produziram.

Por causa desse deslocamento, as pessoas procuraram encontrar significações pessoais em situações impessoais, em objetos e nas próprias condições objetivas da sociedade. Não podiam encontrar tais significações; à medida que o mundo se tornou psicomórfico, tornou-se também mistificador. As pessoas tentaram, portanto, fugir e encontrar nos domínios privados da vida, principalmente na família, algum princípio de ordem na percepção da personalidade [...] Como resultado do imenso temor diante da vida pública que atacou o século passado, resulta hoje um senso enfraquecido de vontade humana.¹⁶

Do esvaziamento do público – espaço da diversidade, da convivência entre estranhos – e do consequente refúgio na esfera privada, emerge a personalidade como forma de expressão social. “Gradualmente, essa força peri-

¹⁶ SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 318-319.

¹⁵ ARENDT, 2006, p. 73.

gosa, que era o eu, passou a definir as relações sociais”¹⁷. Na sociedade assim configurada, as pessoas se voltam para a intimidade, provocando a emergência da cultura narcísica, na qual “o eu não implica mais o homem como ator ou o homem como criador”¹⁸. Dito mais profundamente, na constelação de personalidades, o eu

[...] é despojado da expressão de certos poderes criativos que todos os seres humanos possuem potencialmente – poderes de jogo – mas que requerem um ambiente à distância do eu para sua realização. Assim sendo, a sociedade intimista faz do indivíduo *um ator privado de sua arte* (Grifos do autor).¹⁹

Na busca da proteção pelo silêncio, no retraimento do contato com os outros, as pessoas perdem politicamente a força ativa da plateia que testemunha, para se limitarem ao papel de espectadoras. Verifica-se, assim, o esvaziamento da *res publica* e a sociedade, por sua vez, é despojada de sua civilidade. O autor lembra que “cidade” e “civilidade” têm origens etimológicas comuns e se referem ao convívio entre estranhos, mantida a distância necessária para que os laços sociais se formem. A “incivilidade” remete ao “descenso de sociabilidade para com os outros, criado por essa sobrecarga de personalidade”²⁰, que se manifesta tanto na aparição dos líderes carismáticos

quanto na perversão da fraternidade. “A política de classe se enfraquece”²¹ e, ao mesmo tempo, “forasteiros, desconhecidos, dessemelhantes, tornam-se criaturas a serem evitadas [...]. A fraternidade se tornou empatia para um grupo selecionado de pessoas, aliada à rejeição daqueles que não estão dentro do círculo local”²². Ou seja, o refúgio na esfera privada faz com que as pessoas percam o que há de essencial na política: a pluralidade, a diferença e, sobretudo, o convívio com o outro.

No horizonte das transformações sociais mais recentes, com os vários processos de privatização da vida impulsionados pela racionalidade do mercado, as tendências percebidas por Sennett, nos anos 1970, tornaram-se mais intensas. Isso se confirma na análise de Norbert Lechner²³ sobre os novos perfis da política. Ao refletir sobre as alterações socioeconômicas e culturais de nossa época, o autor ressalta que, diante do avanço neoliberal, houve uma redefinição no sentido da política – o qual se deslocou de *âmbito privilegiado de produção e reprodução da normatividade que rege a vida social para mecanismo de coordenação, gestão competitiva com relação a desafios e metas*. Submetido a imperativos técnicos, o campo político passa a operar na lógica do mercado, consagrando o dinheiro, a concorrência, o imediatismo

¹⁷ Ibidem, p. 413.

¹⁸ Ibidem, p. 322.

¹⁹ Ibidem, p. 323.

²⁰ Ibidem, p. 324.

²¹ Ibidem, p. 413.

²² Ibidem, p. 325.

²³ LECHNER, Norbert. Os novos perfis da política: um esboço. *Lua Nova*. São Paulo, n. 62, 2004. p. 5-20.

mo e o sucesso individual. O *ethos* da política como serviço público e referência à ordem coletiva torna-se inócuo. Lechner adverte:

Quando a condução política se restringe ao manejo da contingência, incapaz de balizar o futuro possível, o devir se torna imprevisível [...]. *Oprimido, o cidadão acaba por abominar ou depreciar a política* [...] Por parte do cidadão, debilitam-se os laços de pertinência à ‘comunidade de cidadãos’ [...]. Por parte das instituições, a responsabilidade política tende a se volatilizar (Grifos meus).²⁴

Se a degradação da vida pública, analisada por Arendt e Sennett, já delineava os caminhos da despolíticação, as mudanças mais recentes do capitalismo teriam ferido mortalmente a política, agora depreciada ou abominada pelo cidadão? Sánchez-Parga, ao se debruçar sobre a “deslegitimação da democracia”, sobretudo nos países da América Latina, lança luz sobre a exacerbação deste desencantamento. Para ele, a desconfiança em relação à democracia – consequência direta da não consolidação das transições democráticas nos países latino-americanos que enfrentaram as ditaduras militares – começou a ecoar já no início dos anos 1990. A razão para isso reside no fato de que

[...] los gobiernos democráticos más que gobernar propiamente se han limitado, o han estado sujetos, a aplicar las políticas neoliberales y los programas

de *ajuste estructural*; más que gobernar se han visto más o menos forzados a administrar las políticas económicas del gran capital financiero internacional y del nuevo orden global. Los gobiernos democráticos han sido “dictados” por los organismos financieros: FMI, Banco Mundial, BID, OMC. Han sido tales políticas ejercidas como una real *dictadura económica* global (y en tal sentido tan exterior como interior a las mismas sociedades democráticas) las que han puesto en práctica los gobiernos democráticos, las que los deslegitimaron de manera tan irremisible como progresiva, y que a muchos de ellos condujeron a estrepitosos fracasos.²⁵

Nesse contexto de tirania do capital, a instância política transmuta-se na defesa dos interesses particulares e privados. “Desde la idea de gestión hasta el imperativo de la competitividad o el rendimiento, todo contribuyen a convertir la sociedad en una empresa, en una *sociedad de mercado*”²⁶. O resultado desse processo tem sido, nos termos do autor, o “isolamento e solidão” do poder Executivo, sem apoio das instituições políticas, que se encontram debilitadas pela hegemonia neoliberal e hostilizadas pelos movimentos sociais. Mais grave que isso, contudo, são os efeitos perversos da sociedade de mercado para a atuação da sociedade civil, visto que a privatização do espaço público oblitera as condições para a construção da cidadania. Na interpretação do autor,

²⁴ Ibidem, p. 16.

²⁵ SÁNCHEZ-PARGA, José. ¿Por qué se deslegitima la democracia? El desorden democrático. *Ecuador Debate*. Centro Andino de Acción Popular-CAAP. Quito. n. 62, ago. 2004, p. 44-45.

²⁶ SÁNCHEZ-PARGA, 2004, p. 47.

Reducidos a la condición de clientes y consumidores, los ciudadanos sustituyen los derechos civiles, ejercidos por igual a pesar de las diferencias entre ellos, por una serie de derechos específicos, basados en sus diferencias sociales (derechos de género, de los niños, de los minusválidos, derechos culturales, derechos procreativos, etc.). Estos derechos, lejos de ser compartidos por todos, agravan las diferencias y desigualdades y, al estar basados en necesidades, no son ejercidos, sino que requieren ser satisfechos, respondiendo así a la lógica del mercado.²⁷

Paoli também problematiza tal questão, ao assinalar o estilçamento da política promovido por esta espécie de fatiamento da sociedade, que opera a passagem da clássica estruturação em classes sociais – distintas, porém antagonicamente relacionadas – para recortes menores, baseados em critérios variados, incluindo renda, etnia, gênero, dentre outros. Na medida em que tais arranjos fecham as possibilidades de interação múltipla, a capacidade política das pessoas fica, no mínimo, limitada, pois

[...] cada um desses critérios se torna um grupo social, para o qual não apenas é dirigida uma programação específica [...] como também foi necessário o reforço ou a invenção adequada de novos estereótipos que confirmassem o pertencimento amoldado ao que a cidade pode lhes oferecer.²⁸

A autora argumenta que, nesse cenário esvaziado da política, técnicas de administração e controle e violência são operadas pelos governantes. Recorrendo a um saber instituído, *competente*, são propostos programas para solucionar as demandas próprias de cada setor, mas sem que a população diretamente envolvida seja chamada a tomar parte das decisões. “De um lado, aparecem os programas técnicos governamentais e não-governamentais, dirigidos diretamente para a atenuação das carências críticas em áreas pobres e degradadas da cidade”²⁹. De outro lado, diante do “transbordamento das tensões para além dos limites do controle político previamente fixados”³⁰, um segundo dispositivo é acionado. Trata-se do recurso à violência, pretensamente legítima, “que opera pela manutenção da insegurança, cuja forma institucional de controle repressivo se confunde com a própria transgressão, agressividade e discriminação presentes em todos os níveis cotidianos da cidade”³¹. A proliferação desses duplos, que minam a inventividade popular, é um modo de gestão da vida, responsável pela anulação da política como expressão de conflitos. Em lugar do pulsante *mundo comum*, os insípidos *mundos gerenciados*.

²⁷ SÁNCHEZ-PARGA, José. El estado del Estado en la actual sociedad de mercado. *Nueva Sociedad*. Buenos Aires, n. 221, maio-jun., 2009, p. 111.

²⁸ PAOLI, Maria Célia. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba. (Orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 228.

²⁹ *Ibidem*, p. 228.

³⁰ *Ibidem*, p. 227.

³¹ *Ibidem*, p. 228.

Cidades fechadas para o outro: o esvaziamento do viver urbano

O arrefecimento da política não se efetiva sem a correspondente degradação de seu espaço por excelência: a cidade. Dissera Mumford a respeito da Atenas clássica: “Por algum tempo, a cidade e o cidadão eram um só”³². Este tempo já vai longe, mas ainda permite pensar o quanto, ao longo da história, as cidades – ao erigirem a tecnologia, o capital e o mercado como a razão de sua existência – até ganharam em monumentalidade e exuberância, todavia perderam em benefícios humanos, reduzindo os cidadãos a espectadores/consumidores do drama urbano.

Sobre as fragilidades do pacto urbano na contemporaneidade, Kuster e Pechman, ressaltam que hoje, cada vez mais, uma parcela da população é apenas “tolerada” na cidade, devido a sua utilidade para mover as engrenagens urbanas em suas múltiplas funções. Indo além, afirmam que

A diferença agora é que existe um conjunto de pessoas que, em nome da segurança e, por isso mesmo, cansadas da convivência entre as diferenças, e pouco dispostas a se submeter ao convívio com a alteridade e ao enfrentamento do dissenso, apostam na ação individual, desprezando o convívio com o diferente [...] Com isso, a cidade vai se diluindo em ‘tribos’ onde

vige uma espécie de lei interna, que leva a que seus membros desenvolvam uma certa subjetividade, que se impõe a partir de uma percepção de se estar além ou aquém do social, ou seja, infensos a toda responsabilidade cidadã.³³

Ao buscar espaços mais íntimos nos quais possam se sentir resguardados, os cidadãos cada vez mais se refugiam do *outro* e só convivem com o *mesmo*. Para Haroche, o medo do contato com o outro provoca a “perda do sentido de estar na cidade, de constituir a vida da cidade”³⁴. Verifica-se, assim, o fracasso da cidade como *locus* do engajamento, do acolhimento da alteridade e do pertencimento ao coletivo. Metamorfoseada em *ciudadela*, a cidade se reduz a área de serviço, espaço de atração de capitais que percorrem o mundo, território de oportunidades particulares, sejam materiais, sejam simbólicas.³⁵ Decorre dessa racionalidade o crescimento dos riscos do viver urbano, uma vez que, quanto mais a cidade é capaz de absorver todas as necessidades, desejos e afetos, mais densamente humana ela pode se tornar. Contudo, adverte Pechman, quando seus poros se fecham,

³² MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p.187.

³³ KUSTER, E; PECHMAN, R. M. *O chamado da cidade: ensaios sobre a urbanidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 13.

³⁴ HAROCHE, Claudine. A construção do sentido na vida da cidade: novos modos de percepção. *E-metrópolis*. Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais. Rio de Janeiro, n. 4, ano 2, mar. 2011, p. 48.

³⁵ KUSTER; PECHMAN, 2014.

[...] é a violência e o silêncio que se impõem, pois se o sujeito não pode exprimir seu direito à vida urbana, se o indivíduo não pode colocar em cena seu desejo e é obrigado a cancelar suas paixões, ele vai extrair seu direito à cidade sem o efeito narcotizante de qualquer anestesia. E isso, com certeza, vai doer muito na cidade.³⁶

Voltemos, neste momento, a uma das indagações que nos lançaram a esta reflexão: haveria, à primeira vista, algo mais político do que as cidades pulsando pela força dos protestos coletivos? E acrescente-se agora: sendo o espaço urbano o *locus* por excelência do exercício da política, qual a razão do estranhamento/perplexidade da sociedade brasileira diante das ruas tomadas pelo povo a protestar nas Jornadas de Junho? Para além do fato de que *o povo em marcha* é sempre um motivo para levar setores conservadores a noites de insônia, talvez o assombro tenha emergido por conta de que tais iniciativas são mesmo surpreendentes nas cidades movidas pela lógica dos automóveis e *shopping centers*. Retomemos Sennett:

A cidade deveria ser mestra nesse modo de agir, o fórum no qual se torna significativo unir-se a outras pessoas sem a compulsão de conhecê-las enquanto pessoas. Não creio que este seja um sonho inútil; a cidade serviu como foco para a vida social ativa, para o conflito e o jogo de interesses, para a experiência das possibilidades huma-

nas, durante a maior parte da história do homem civilizado. *Mas hoje em dia essa possibilidade civilizada está adormecida* (Grifos meus).³⁷

Nesse cenário urbano estéril, o que esperar/cobrar de cidadãos *adormecidos*? Sobre esta questão, torna-se pertinente recuperar uma passagem de Sánchez-Parga, na qual afirma que cada formação social produz um modelo particular de individualismo. No caso da sociedade de mercado, trata-se de um individualismo novo e diferente, configurado pelos interesses privados e particulares, que dissolvem o sentido eminentemente político da cidadania. Sem meias palavras, Sánchez-Parga denuncia:

[...] es un individualismo egoísta porque, además de excluir lo colectivo, no soporta al “otro”, cualquiera sea la alteridad (sexual, etaria, cultural, étnica); es narcisista, no solo porque se quiere a sí mismo, sino porque es incapaz de querer a los otros; es competitivo, ya que es incapaz de toda emulación (necesidad de los otros para mejorarse a sí mismo) y está abocado no solo a luchar contra los otros sino a destruirlos; es consumidor, ya que encuentra en la mercancía el referente de su existencia y de su identidad: uno es lo que consume.³⁸

As colocações do autor parecem apenas confirmar a culminância de um processo que se discutiu ao longo do texto, a saber: a dissolução da respon-

³⁶ PECHMAN, R. M. Cenas, algumas obs-cenas, da rua. *Fractal*. Revista de Psicologia. v. 21, n. 2, maio/ago., 2009, p. 352.

³⁷ SENNET, 1998, p. 414.

³⁸ SÁNCHEZ-PARGA, 2009, p. 111.

sabilidade cidadã como consequência da crescente privatização da vida e do esvaziamento do viver urbano. Entretanto, ainda que não se negue a lucidez de tais observações, cabe questionar – em defesa da esperança – se as palavras de Sánchez-Parga não estariam carregadas de um tom muito ácido ou exageradamente definitivo. Dito de outra forma: sem subestimar os danos políticos provocados por um mundo cujas referências têm sido demarcadas pelo universo do consumo e tomando a emergência das pulsantes Jornadas de Junho como *uma luz no fim do túnel*, indaga-se: apesar de todo esvaziamento do viver urbano, pode-se restringir o indivíduo hipermoderno ao que ele consome: “uno es lo que consume”, apenas e tão somente?

Cliente, consumidor, cidadão: que indivíduo é este?

Muito se tem falado sobre o potencial das redes sociais, e outros recursos tecnológicos disponíveis, para a mobilização de atores diversos. Não resta dúvida que as tecnologias digitais e a rede mundial de computadores alteraram a forma e o ritmo de produção e compartilhamento das informações, delineando relações novas entre as tradicionais forças políticas, a mídia convencional e as insatisfações populares. Algumas dimensões dessas novas relações ainda estão indefinidas, pois, como todas as construções históricas, são alvo da permanente disputa de interesses conflitantes.

Entretanto, além dos espaços horizontalizados de participação terem ocupado papel central para a articulação das recentes manifestações, estas foram as primeiras grandes mobilizações com adesão maciça, mas não exclusiva, da geração que se formou com os celulares na mão e à frente dos computadores, mundialmente conectados. Acrescente-se ainda o fato de que os movimentos tornaram-se instigantes não somente porque, numa rápida eclosão, levaram à cena pública uma infinidade de pessoas e bandeiras, mas também porque logo se esvaíram – salvo raras exceções. Isso permite pensar que estar em rede, bem mais que o mero uso de novas tecnologias, implica na produção de certas relações sociais, nas quais se expressam formas atuais de experimentar a vida. Assim, torna-se oportuno considerar no debate sobre os sentidos da política no mundo atual – além do declínio da esfera pública, da degradação das cidades, da crescente privatização da vida e da transformação dos cidadãos em clientes/consumidores – o processo de subjetivação do indivíduo contemporâneo, que tem início com a modernidade, porém adquire contornos mais dramáticos, talvez, nesses tempos marcados pela presença ostensiva da tecnologia.

Nessa perspectiva, a análise de Haroche revela-se uma importante contribuição, uma vez que a autora produz uma genealogia do indivíduo e sujeito na tradição ocidental, desde o século XVI, promovendo a interlocução

com diferentes modalidades e concepções sociopolíticas. Para além do registro psicológico, a autora toma como pressuposto a fluidez da sociedade atual e problematiza as transformações na maneira de sentir.

Sob o impacto da globalização, as sociedades contemporâneas tendem a se tornar sociedades que se transformam de maneira contínua; sociedades flexíveis, sem fronteiras e sem limites; sociedades fluidas, líquidas. Tais condições têm consequências sobre os traços de personalidade, dos mais contingentes e superficiais aos mais profundos, sobre os tipos de personalidade que tendem a desenvolver, e mesmo encorajar, e também sobre a natureza das relações entre os indivíduos.³⁹

Considerando que tal fluidez coloca em questão a possibilidade de estruturação/existência do “eu”, Haroche indaga se é possível pensar quando se está imerso nas pressões dos fluxos contínuos e se, “privado do tempo, da duração exigida pelos sentimentos, o indivíduo hipermoderno pode experimentar algo diferente das sensações”⁴⁰. Argumenta que, historicamente, a modernidade propiciou ao indivíduo a emancipação do peso dos vínculos tradicionais. No entanto, diante das formas extremas do individualismo nas sociedades narcisistas, da intensificação do fluxo pelas novas mídias e também da imposição do imediatismo

pelos sistemas econômicos sob a égide do modelo de mercado, emergiram traços de caráter marcados pelo isolamento, desinteresse, “comportamentos fugidios e o desvencilhar-se”⁴¹. Assim, o movimento contínuo inibe a capacidade de reflexão e enfraquece os vínculos sociais. “Dessa forma, a personalidade hipermoderna se caracterizaria pela ausência de engajamento, com a qual o indivíduo está ‘ligado, porém distante’”⁴². A superficialidade das relações efêmeras e desengajadas, num cenário dominado pelo *frenesi*, urgência e descontínuo, contribui para a dissolução das divergências e, mais grave, estimula “a indiferença em relação aos outros”⁴³.

Estas observações apontam para alguns dos complexos aspectos das mobilizações recentes aqui consideradas. Todavia, não se chama a atenção para as características do processo de subjetivação do homem hipermoderno com a pretensão das avaliações definitivas, evidentemente, mas apenas com objetivo de dialogar com outros elementos que possam tornar a realidade social mais compreensível. Na sociedade dos vínculos frágeis e efêmeros, a internet possibilitou a rápida aglutinação das pessoas. Tais laços, “imbuídos de incerteza”⁴⁴ e sem as relações de duração maior que os solidificariam, se desfazem na mesma velocidade com que surgem. Bauman adverte que todas as formas de comunhão são “frágeis e vul-

³⁹ HAROCHE, Claudine. *A condição sensível*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008, p. 123.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 123.

⁴¹ *Ibidem*, p. 127.

⁴² *Ibidem*, p. 128.

⁴³ HAROCHE, 2008, p. 213.

⁴⁴ BAUMAN, 2000, p. 162.

neráveis”, quando “não há rochas sólidas em que apoiar os pés para o salto”⁴⁵.

Considerando válidas as análises de Haroche e Bauman, haveria ainda algum sentido em apostar nas potencialidades políticas de indivíduos – “ligados, porém distantes” – forjados na pressão dos fluxos contínuos, sob a batuta do mercado, em cidades esvaziadas do pulsar coletivo?

À guisa de inspiração

O aparecimento das Jornadas de Junho ocorreu num momento em que até os espíritos mais inquietos e ativos pareciam entregues ao marasmo e descompromisso político. Nesse contexto, as imagens das multidões nas ruas, demonstrando as mais variadas insatisfações, foram fortes demais para serem esquecidas ou desqualificadas. Entretanto, faz-se necessário considerar que manifestações sociais, quaisquer que sejam, não independem do processo histórico nem dos sujeitos que as praticam. Simplesmente não são a-históricas. Pelo contrário, inseridas na temporalidade, expressam as próprias relações sociais que as constroem. Dito de outra maneira: os indivíduos hiper-modernos, sujeitos forjados nos fluxos rápidos, no efêmero e no descontínuo, ao saírem às ruas, não apenas manifestaram, mas *se manifestaram a si mesmos, aos outros e ao mundo por meio de suas ações*.

Como contraponto, é elucidativo passar a palavra a Mumford, a respeito da *polis*: “Por algum tempo, a cidade e o cidadão eram um só”⁴⁶. Não apenas a realização do indivíduo se efetivava por meio da participação na vibrante vida pública, como também não eram as assembleias meras reuniões de indivíduos. Conforme se discutiu a partir de Arendt, era no “entre-os-homens” que os cidadãos se convertiam a si mesmos em corpo político vivo. Portanto, não basta marchar um ao lado do outro. É necessário que um elã construa o coletivo pulsante. Disso emerge “o mundo como algo comum a muitos”, ensinou Arendt. Trata-se de um mundo comum e plural, não um espaço a homogeneizar discursos, causas ou visões de realidade, nem mesmo a ser conduzido por uma entidade superior, mas um mundo

[...] que está entre eles [os cidadãos], separando-os e unindo-os, que se mostra para cada um de maneira diferente e, por conseguinte, só se torna compreensível na medida em que muitos falarem *sobre* ele e trocarem suas opiniões, suas perspectivas uns com os outros e uns contra os outros.⁴⁷

Todavia, ainda que das sociedades fluidas, flexíveis, das interações imprecisas e dos movimentos ininterruptos resulte um tipo novo de indivíduo, não se pode perder de vista que toda construção social é produto da ação humana e, como tal, pode ser redimensionada.

⁴⁵ Ibidem, p. 175.

⁴⁶ MUMFORD, 1998, p. 187.

⁴⁷ ARENDT, 2006, p. 60.

E mais: se do solo das cidades afinadas com o isolamento e o narcisismo brotam insaciáveis consumidores em lugar de cidadãos, a emergência das Jornadas de Junho – ao levar multidões para as ruas numa dimensão sem precedentes em território nacional – mais que surpreendente, revela-se louvável. Talvez tenham sinalizado, para além de um germinar em terreno inóspito, a inegável força dos outros possíveis da história.

Ademais, conforme discutido ao longo do texto, o cenário público, sobretudo após os anos 1990, foi fortemente invadido pela racionalidade de mercado – que retira a política das mãos do coletivo e a vincula aos interesses privados e particulares. Uma vez instaurada uma sensação de impotência social perante os desmandos neoliberais, as representações negativas em relação aos políticos profissionais e extensivas à política de modo geral, suas instituições e aos organismos tradicionais de mediação, como partidos e sindicatos, não podem ser consideradas de todo ilegítimas e injustificadas. Diante disso, é muito difícil equacionar até onde o descrédito/aversão em relação à política manifesta, de fato, desengajamento, ou comunica, mesmo que sutilmente, resistência a certa forma de fazer política – construída historicamente com a intenção de consagrar um modelo de sociedade como o único possível.

O contexto histórico atual, então, nos interpela por atenção e comprometimento, por disposição para superar a

acomodação ou desesperança, por meio da busca de caminhos que revitalizem as ideias e ações; do engajamento para se desconstruir a imposição de modelos de subjetividade circunscritas ao *eu* e para se repensar a vida urbana como espaço público de coexistência, da polifonia, em que todos os atores sociais possam adquirir visibilidade autêntica. Em outras palavras: espaço vivo e aberto, lugar de acolhimento dos conflitos, do convívio politizado.

Difícil? Isso é inegável. Mas, diante dos riscos pavorosos de um mundo sem política, à guisa de inspiração, devolvemos a palavra à sempre lúcida e refinada Hannah Arendt:

Se o sentido da política é a liberdade, isso significa que nesse espaço – e em nenhum outro – temos de fato o direito de esperar milagres. Não porque fôssemos crentes em milagres, mas sim porque os homens, enquanto puderem agir, estão em condições de fazer o improvável e o incalculável e, saibam eles ou não, estarão sempre fazendo.⁴⁸

⁴⁸ Ibidem, p. 44.

Referências bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *O que é política?* 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

HAROCHE, Claudine. A construção do sentido na vida da cidade: novos modos de percepção. *E-metrópolis*. Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais. Rio de Janeiro, n. 4, ano 2, mar. 2011.

_____. *A condição sensível*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.

KUSTER, E; PECHMAN, R. M. *O chamado da cidade: ensaios sobre a urbanidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LECHNER, Norbert. Os novos perfis da política: um esboço. *Lua Nova*. São Paulo, n. 62, p. 5-20, 2004.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PAOLI, Maria Célia. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba. (Org.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.

PECHMAN, R. M. Cenas, algumas obs-cenas, da rua. *Fractal*. Revista de Psicologia. v. 21, n. 2, p. 351-368, maio/ago. 2009.

SÁNCHEZ-PARGA, José. ¿Por qué se deslegitima la democracia? El desorden democrático. *Ecuador Debate*. Centro Andino de Acción Popular-CAAP. Quito. n. 62, p. 41-81, ago. 2004.

_____. El estado del Estado en la actual sociedad de mercado. *Nueva Sociedad*. Buenos Aires, n. 221, p. 100-119, maio-jun. 2009.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.